

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 099

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
9 DE AGOSTO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Fernando Ribas Carli (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 148/2000

Senhor Presidente.

Através do presente, venho perante Vossa Excelência solicitar que seja impedida a participação de Policiais

Militares e Civis em campanhas políticas, visto tal ato configura crime eleitoral (art.xxx, uso da máquina administrativa) além de clara arbitrariedade.

Nas eleições passadas a prefeito de fazenda Rio Grande, o candidato e posteriormente prefeito eleito Celso Rocha, contou com contingentes da Polícia Militar e Polícia Civil atuando diretamente em sua campanha. Corroboramos esta afirmação exemplificando o senhor Edil Fernandes, que atuou como coordenador de campanha de Celso Rocha e posteriormente foi Delegado de Polícia de Fazenda Rio Grande. Hoje pelos fatos que estão sendo repetidos, acredito ser um produto de armação política, protegendo por um lado o atual candidato Celso Rocha e por outro prejudicando profundamente a imagem política e o desenvolvimento da campanha eleitoral que constitucionalmente deve ser livre, democrática e honesta.

O que constatamos é um verdadeiro trabalho organizado por alguns setores da Polícia Civil e Militar, trabalhando em prol da candidatura Celso Rocha. Se não vejamos a quatro anos na eleição do citado candidato, conforme processo impetrado, por meio de alguns depoimentos colhidos, policiais militares e policiais civis foram designados oficial e extra oficialmente para trabalhar na campanha de Celso Rocha. O curioso é constatar que no dia da eleição (passada - a prefeito) o delegado de Polícia de Mandirituba/Fazenda Rio Grande ficou detido em Curitiba desde a manhã até o fechamento das urnas. O Secretário de Segurança Pública na época era o senhor Cândido Martins de Oliveira e o diretor geral da Polícia Civil era o delegado Toleb Baleche. Apesar das denúncias, até hoje não houve explicação do porquê.

Agora, no dia 30 de junho com a convenção homologando o nome de Toninho da AW como candidato a prefeito de Fazenda Rio Grande e o meu nome a vice-prefeito, posteriormente no dia 5 de julho, passados cinco dias, o delegado da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, doutor Vinícius Martins, desengavetou uma denúncia que se encontrava naquela especializada a oito anos, em apenas três dias úteis, este delegado solicitou a Prisão Preventiva de Toninho da AW e, por mais uma coincidência, o fato ocorreu às 17:00 horas e as 17:30 o assunto já estava disponível na Internet.

Celso Rocha por diversos panfletos e jornais, distribuiu a matérias em toda a Fazenda Rio Grande. Esta denúncia dava conta de que a Imobiliária de propriedade de Toninho, tinha vendido terrenos superfaturados a Cohab, data que o então governador Jaime Lerner era prefeito.

Jamais houve ou comprovou-se qualquer irregularidade, fato é que até hoje a Cohab continua realizando negócios com a referida imobiliária.

Outra coincidência é que no dia oito de agosto, às 17:30 da tarde, o meu filho Cartário Junior estava a meu serviço na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, quando foi abordado por uma blitz da polícia Militar

daquele Estado, sendo-lhe pedido documento de Porte de Arma que estava vencido.

Junior apresentou o registro e o porte de arma, esta com a data vencida, porque antes de viajar, Junior deu entrada no protocolo de renovação de porte, porém o funcionário da Delegacia de Armas e Munições disse-lhe que tinha que aguardar o levantamento de antecedentes criminais, o que foi feito e se encontra em anexo relatando que nada consta contra Junior.

Voltando a Joinville, depois de abordado, foi encaminhado a Delegacia do 6º Distrito e de lá as Delegacias congêneres, trocaram informações. Após pagar fiança, meia hora depois, Junior prosseguiu viagem.

Outra coincidência, imediatamente a Delegacia de Armas e Munições ter sido consultada, alguns órgãos da imprensa paranaense recebiam comunicado via BIP, relatando o episódio com a conotação política em anexo.

Por todo exposto, solicito providências imediatas no sentido de coibir-se lamentável conduta por parte de alguns integrantes da polícia Militar e polícia Civil do Paraná.

Na oportunidade, antecipamos agradecimentos e renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Marcos Isfer

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 447/99, item 10, em 1ª discussão, de autoria do nobre e ilustre deputado Aníbal Khury, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 3 sessões do Projeto de Lei nº 103/99, item 05, em 2ª discussão, de autoria do deputado Aníbal Khury, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente.

Os deputados, abaixo assinados, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata dos assuntos da Adulteração dos Combustíveis e Sonegação de Impos-

tos, vêm mui respeitosamente a Vossa Excelência, solicitar seja ouvido o douto Plenário para que se prorrogue por 60 (sessenta) dias a duração dos seus trabalhos, afim de possibilitar a complementação das audiências e elaboração do relatório final.

Certos de contarmos com sua atenção, aproveitamos para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(aa) NELSON GARCIA

ANTONIO BARATTER

TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente.

Os deputados estaduais, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, para apresentarem Relatório Parcial de Atividades e Resultados da CPI, documento em anexo gravado de sigilo, portanto não divulgáveis afim de não prejudicar os trabalhos de investigação da Promotoria de Justiça e responsabilização de envolvidos, e requererem, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, com base no Parágrafo 3º, do artigo 36, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e a diminuição do número de membros da Comissão, de 11 para 07 membros, pelos fatos e motivos abaixo:

I - inúmeras investigações iniciadas por esta Comissão Parlamentar, ainda não foram concluídas, por tanto, mister se faz a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos, mesmo porque, algumas operações pré-agendadas pela equipe de apoio e inteligência da Polícia Militar, estão prestes a acontecer, possivelmente redundando na prisão de criminosos envolvidos com o narcotráfico em todo o Estado do Paraná;

II - todas as denúncias recebidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, são investigadas, dando-se, logo após, ciência à Promotoria de Investigações Criminais do Estado do Paraná, para aprofundamento das apurações e conseqüente responsabilização dos envolvidos, caso constada a verossimilhança das denúncias, e muitas delas, estão em processo de averiguação, necessitando fundamentalmente do apoio desta Comissão Parlamentar de Inquérito, principalmente no que tange a coleta de depoimentos e informações;

III - existem em andamento simultâneo nesta douta Assembléia Legislativa, 05 (cinco) Comissões Parlamentares de Inquérito, havendo assoberbamento de trabalhos para os senhores parlamentares, sendo que alguns deles, constam como membros de mais de uma Comissão Parlamentar, impossibilitando-os de comparecer, muitas vezes, às reuniões das CPI's, sem contar com as ausências promovidas por senhores deputados licenciados, participantes do processo eleitoral vigente, sendo de

relevante interesse para o prosseguimento dos trabalhos, a diminuição do número de membros desta CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, de 11 para 07 membros, medida que em muito auxiliaria a promoção de quorum para realização das reuniões de trabalho e tomada de providências.

Certos de contar com Vossa compreensão, solicita-se ainda a determinação de Vossa Excelência, aos representantes Líderes dos Partidos com assento nesta Casa, que indiquem substitutos para os senhores deputados que formalmente retiraram-se da composição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(aa) ALGACI TÚLIO, RICARDO CHAB, SERAFINA CARRILHO, TIAGO AMORIM NOVAES, CHICO NOROESTE e RICARDO MAIA.

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-soldado João Marculino Filho, aos 35 anos de idade, ocorrido no dia 16.07.2000, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 35 anos de idade, nesta Capital, nascido aos 21.08.1964.

Filho de João Marculino e Zulmira Marioti Marculino, casado com a senhora Sueli Alves Marculino, deixou 4 filhos: Douglas, Dayane, Deam Felipe e Dion Ruam Alves Felipe.

Sua vida foi dedicada a família e a sua profissão, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

Ingressou na Polícia Militar do Paraná, durante os 16 anos desempenhando sua função como policial, no 17º Batalhão do Município de Colombo, deixando saudades entre aos companheiros da Polícia, por ter sido um grande colega e amigo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de João Marculino Filho, enviando votos de profundo pesar para a Senhora Sueli Alves Marculino, residente à Rua Beppe Gusso, nº 51 - Santa Cândida - CEP: 82.720-110-Curitiba-PR.

REQUERIMENTO 1470

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Fetraspar, alusivos a Solenidade de Formatura da 1ª Turma do Curso

Sequencial de Administração e Gerência de Transportes, a realizar-se no próximo dia 18 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Fetraspar senhor Walmor Weiss, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Almirante Gonçalves, 1966, CEP: 80250-150, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao Ilmo. Senhor Ademir Maia, pela designação como Diretor do 89º Ciretran de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O deputado estadual que assina este requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário o encaminhamento dos cumprimentos deste Poder Legislativo pela passagem dos 30 anos de existência da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda - Copagril, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Do aprovado, solicita que seja oficiado o presidente da entidade cooperativista, senhor Ricardo Chapla, à Rua 09 de Agosto, 700 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Há exatamente 30 anos nascia a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda., conhecida em seu espaço como "Copagril". Surgia como imperativo da lógica, impulsionada pelos resultados alentadores da formação cooperativista existente em outras regiões brasileiras. Era a visão dos agricultores pioneiros e empreendedores que já haviam sentido a necessidade da "unidade de forças e idéias" no trato das questões e do desenvolvimento de uma agricultura tecnicamente mais aprimorada, em função das tendências mercadológicas internacionais. A Copagril veio pois para unir, para congregar esforços e buscar soluções coletivas para problemas até então vivenciadas e resolvidos unilateralmente à luz do conceito e da experiência do homem do campo regional.

Esta visão sistêmica de somar e canalizar as energias num sentido único da atividade agrícola, objetivando a sua melhoria técnica, e devia, propiciar uma lucratividade mais compensadora, até então, incipiente e explorada apenas para a sobrevivência familiar, é algo que transcendem ao raciocínio da

época de muita gente, porém hoje, muito honra os que, por palavras ou atos, tornaram possível a realidade que é a Copagril.

A criação dessa Cooperativa, cujo aniversário hoje comemoramos, foi uma decisão de muita coragem e de profundo significado social. Os resultados colhidos anos após evidenciam o quanto foi acertada a iniciativa, colocando que a ação do homem pode ser tanto nobre quanto, muitas vezes, ele não vê e não presencia os seus frutos. É como o trabalho da semente que desaparece na majestade da árvore gigante e frondosa.

Em toda a sua história, a Copagril, por suas sucessivas diretorias e o quadro associativo, tem dado exemplos significativos de seu relevante valor na comunidade em que está inserida, quando, por seus propósitos e ações, transformações relevantes beneficiando as atividades campesinas e por conseguinte acelerando o progresso e criando nossos horizontes para as atividades econômicas regionais.

Conhecendo e reconhecendo a suma importância da Copagril é que incito os nobres Pares para se somarem ao nosso requerimento, aprovando o pretendido, como uma homenagem justa à grandeza e elevada função social da Cooperativa aniversariante.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 253/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de pedágio nas praças instaladas em rodovias do Estado do Paraná, todos os veículos de transporte escolar (oficiais ou terceirizados) e veículos particulares com placas dos municípios em que estão instalados os respectivos postos de cobrança.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Não é novidade que há enorme desconforto e descontentamento de motoristas paranaenses, diante dos abusivos preços praticados nas praças de pedágios do Paraná, sem as melhorias prometidas a partir do momento em que as estradas foram entregues à administração da iniciativa privada mediante contratos de concessão.

Os pedágios, da forma como eles têm sido praticados, vieram ampliar ainda mais as dificuldades de pequenos e médios produtores, que precisam transportar seus produtos entre cidades vizinhas e passaram a ser penalizados com a cobrança de pedágios (de ida e volta) entre pequenos trajetos.

Este projeto visa minimizar um pouco esta realidade, estabelecendo isenção de pagamento nas praças de pedágio instaladas em rodovias do Estado do Paraná, para veículos de transporte escolar em geral (oficiais ou terceirizados) e veículos particulares com placas dos municípios em que estão instalados os respectivos postos de cobrança.

PROJETO DE LEI Nº 254/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói, com sede e foro no município de Cândói.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói tem por finalidade servir, no âmbito municipal, como órgão de articulação com outras entidades, que defendam a causa do excepcional em qualquer de seus aspectos, divulgando informações, planejando programas para dar oportunidade de trabalho ao excepcional e principalmente para apoiar o desenvolvimento de programas permanentes de prevenção das formas de deficiências existentes.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Depois do susto de segunda-feira já estamos de volta ao solo paranaense e ocupo a tribuna para, de certa forma, prestar contas do trabalho ontem desenvolvido em Brasília pelos senhores deputados estaduais que acompanharam o secretário da Agricultura, Polloni, o presidente da Ocepar, doutor João Paulo, o diretor da Avipar, doutor Paulo Muniz e também o diretor da FAEP, doutor João Biscaia, tivemos uma reunião ontem à noite, por volta de 20 horas, onde a comitiva estadual paranaense se reuniu com os deputados federais, a grande maioria presente, poucos deputados federais não estavam presentes. Também presente estava o senador Osmar Dias.

Naquela oportunidade, o secretário Polloni, o doutor Biscaia, o doutor João Paulo e o doutor Paulo Muniz fizeram um amplo relato aos deputados federais a

respeito dos problemas vividos pelo Estado do Paraná, pelos agricultores do Paraná em função das fortes geadas que aconteceram no nosso Estado, nos últimos dias. Evidentemente que nossos deputados federais, na sua grande maioria, já estavam inteirados desses problemas e tinham já, de certa forma, conhecimento das medidas e das providências que o Estado do Paraná havia tomado através da comissão representativa da agropecuária paranaense que se constituiu, elaborou documentos. Esta comissão esteve reunida com o ministro da Agricultura Pratini de Moraes e as reivindicações que foram feitas e aquilo que já havia sido anunciado como atendimento de parte do governo federal.

Estabeleceu-se que para o dia de hoje, na parte da manhã, às 9 horas, estariam reunidos os deputados federais e a comitiva do Paraná com o doutor Márcio Fortes, que é diretor geral do Ministério da Agricultura. No decorrer do dia ainda os deputados federais fariam novas gestões, junto ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda, a diretoria do Banco do Brasil, junto a presidência da República, no sentido que fosse possível atender à totalidade das reivindicações feitas pelo Estado do Paraná.

É bom que se diga e isso ficou bem claro, ontem, nas palavras do secretário Polloni e dos demais que lá estavam que muitas das reivindicações apresentadas ao governo federal estão já sendo equacionadas. Mas estão sendo equacionadas, eu diria aos nobres colegas parlamentares e aos demais que aqui se encontram, aquelas reivindicações ligadas ao crédito rural, o alongamento das dívidas, uma nova programação de pagamento, as negociações em cima da securitização, em cima do custeio agrícola, em cima dos investimentos agrícolas. Alguns recursos que estão sendo liberados para custeio pecuário, todos ligados a política de crédito rural desse País. Nada de muito especial como esperávamos, em função do momento especial que vive o Paraná que foram as geadas que ocorreram em nosso Estado.

De recurso realmente cedido ao Paraná em reconhecimento aquilo que aconteceu apenas 10 milhões de Reais é o que o governo federal assegurou para a aquisição de sementes de milho e outras sementes que o governo do Estado decidir adquirir numa política de plantio imediato de uma nova safra, em especial para os pequenos produtores.

O que ficou pendente e é de fundamental importância para o setor agropecuário do Paraná é a reivindicação de um crédito emergencial no valor de 201 milhões de Reais. Esse financiamento seria destinado aos produtores rurais que não estão amparados hoje por nenhum tipo de financiamento. Aqueles que têm financiamento os seus financiamentos serão ajustados num processo de renegociação de novos prazos, de forma que o produtor tenha condições de não pagá-los agora. E até mesmo de buscar novos financiamentos para a próxima safra. Aqueles que também financiaram, que tem a cobertura do Proagro após os laudos, as avaliações receberão

as indenizações devidas. Aqueles que estão com cobertura do seguro da Cosp de São Paulo também serão beneficiados dos seus prejuízos, a partir do mesmo que a Cosp fizer os seus laudos. A partir do momento em que o IRB repassar a ela recursos do fundo de estabilização dos seguros do Brasil, já que esta questão sendo tratada como uma catástrofe. Não é apenas a seguradora que faz a cobertura, mas existe um fundo de estabilização de todos os seguros que se faz no País. E esse fundo é mantido por recursos aportados pelo Tesouro, pelo Ministério da Fazenda no IRB. E esses recursos não estão lá aportados e há necessidade de 65 milhões para que somados aos 35 que compete a Cosp fechar um quadro de 105 milhões de Reais que é a previsão de indenização da Cosp, não só no Paraná, mas Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Aqueles que têm Proagro, que têm Cosp estão protegidos de alguma forma. Mas temos milhares de produtores rurais no Estado do Paraná que não fizeram financiamentos nos bancos. Fizeram um financiamento safra junto a cooperativa, junto a loja agropecuária, junto ao posto de combustível onde pegou o óleo diesel, tem dívida na oficina onde fez a revisão da sua máquina agrícola, tem dívida no supermercado onde buscou suprimento para dar na forma de alimentos ou cesta para os trabalhadores que atuaram na sua propriedade. Evidentemente essas pessoas estão descobertas, porque não existe nenhum processo de renegociação, já que essas dívidas não foram feitas com o sistema financeiro usual.

Então para esses existe a necessidade de se fazer um crédito desta pessoa com a cooperativa com a loja agropecuária, com o supermercado, com a oficina, com o posto de combustível chegue a 10 mil Reais. Este produtor faria um empréstimo de 10 mil reais, cobriria esta sua dívida junto ao comércio, junto as empresas da sua cidade, reestabeleceria a sua condição de buscar um novo crédito safra já que este que ele deve hoje, ele não tem como pagar porque a safra não existe.

Então este Crédito Emergencial é fundamental porque milhares, a grande maioria dos produtores não estão amparados nem pela Proagro nem pela Cosp por nenhum tipo de financiamento junto à rede bancária, seja oficial ou privada. Esses 210 milhões até o presente momento lamentavelmente o governo federal não sinalizou em nada a possibilidade de atender as reivindicações do Paraná.

Portanto, reputo pessoalmente que foi da maior importância a nossa presença, deputado Milton Puppato, deputado Divanir Braz Palma, representando à Assembleia Legislativa do Paraná, na reunião em que foi organizada conduzida pelo secretário Polloni, pelo João Paulo da Ocepar, pelo Biscaia da FAEP, pelo Paulo Muniz da Avepar e que contou com a presença praticamente de todos os deputados federais e do senador Osmar Dias. Porque criou-se ali um compromisso de trabalho solidário de todos os parlamentares, com as lideranças do setor produtivo rural e, hoje, eles já devem ter cumprido

umas três, quatro audiências em Brasília buscando esclarecer e resolver esse problema grave que vive a agricultura do Paraná e que envolve cerca de pelo menos 200 mil pessoas diretamente, que estão sendo afetadas por esse problema, que ainda hoje não traz a nós a dor toda que vai trazer ao longo deste próximo ano, quando as consequências efetivas desta geada aparecerem.

Quando não tivermos mais a colheita do café, da cana, porque cerca de 40% da cana foi atingida, do milho para alimentar os frangos, as vacas, os suínos. Foi este milho dizimado aqui no Paraná, ao ponto que só nessa geada perdeu cerca de 3 milhões de toneladas de grãos, o que vai comprometer seriamente o abastecimento do Estado do Paraná, se não tomarmos medidas imediatas para a produção de uma safra de feijão e, principalmente, de milho já nos próximos meses.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência está relacionando o conteúdo da audiência mantida em Brasília e das tentativas desenvolvidas por representantes do nosso Estado, objetivando minimizar os efeitos da grave geada que assolou não só o solo paranaense, mas também grande parcela do território brasileiro.

Agora, a consequência da geada não vai se dar somente o ano que vem, já é vigente. Porque hoje, temos o problema do leite que os pastos dizimados, teve o encarecimento - já de cara, enorme - tornando quase que inacessível para a classe trabalhadora do Brasil.

Fora isso, o preço do milho estourou, dificultando os produtores de aves e suínos, que têm no milho um grande fomento para tratar os seus animais e da sua atividade econômica.

O desemprego nos cafezais também hoje, fez com que milhares de trabalhadores perdessem a oportunidade de trabalho.

Então, as consequências são vigentes, são atuais. É lógico que com o passar do tempo se tornarão pesadas ainda mais do que estão sendo hoje, serão mais graves, porque outros elementos que comporão essa destruição da nossa lavoura farão com que a situação se torne mais triste e mais perversa. Tivemos também os hortifrutigranjeiros, que os preços já foram alterados, fazendo com que o consumidor tivesse dificuldades para adquirí-los.

Então, compreendo o seu pensamento, a sua preocupação. Vossa Excelência, que é um deputado ligado à agricultura e durante a sua vida pública tem demonstrado claramente isso, mas é bom alertarmos o governo estadual e também o nacional porque não adianta ficarmos só dizendo que o governo federal tem que resolver os problemas. E o governo do Paraná não vai fazer nada? Temos que buscar a responsabilidade do governo federal, do governo estadual, das prefeituras e de todos os segmentos que têm envolvimento com a agricultura, mostrando que a situação é perversa e dramática a partir de agora.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço e concordo com Vossa Excelência.

Na reunião que tivemos na semana passada no gabinete do presidente Nelson Justus, com os deputados do Governo e da Oposição, fazíamos este apelo no sentido de que o governo do Estado do Paraná fizesse um programa emergencial de apoio à agricultura, porque afinal de contas, um programa para aquisição de mudas, de sementes de milho, de feijão a serem distribuídas aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares, aquela proposta do Fundo de Aval que envolve o montante de 2 milhões de reais, se somarmos todos esses recursos, como já foi a proposta da própria Secretaria da Agricultura e da Comissão, esses recursos montam inicialmente à casa dos 17 milhões, podendo ir até a 20 ou 30 milhões.

Pessoalmente, acho que são recursos infinitamente pequenos em comparação à importância que tem o setor produtivo rural para o Paraná e em função da cerca de 200 mil pessoas que estão à beira de sofrer um colapso na sua atividade se não forem tomadas medidas emergenciais.

O deputado Janene propôs que o Estado do Paraná cuidasse de organizar frentes de trabalho para que não tivéssemos os bóias-frias sofrendo as consequências e até mesmo os agricultores familiares, e o deputado Rosenmann foi além: sugeriu que fizéssemos aqui um projeto de resolução, transferindo os 40 milhões que foram creditados ao IAP, fruto da multa de vazamento de óleo no Rio Iguaçu, que transferíssemos os 40 milhões do IAP para a Secretaria da Agricultura, para que desenvolvesse ações para proteger e defender os interesses dos produtores do Paraná.

É lógico que é uma proposta que tem que ser analisada, porque os recursos creditados à conta do IAP devido à multa, são destinados às questões ambientais, mas o deputado Rosenmann afirmou - e não deixa de ser uma verdade - que as geadas causaram ao Estado do Paraná um grave problema ambiental. Poderia ser estudada a possibilidade de transferir senão todos os 40 milhões que foram creditados ao IAP, pelo menos uma parte o governo do Estado já de pronto, na semana que vem, sair a campo, liberando sementes, adquirindo mudas de café, porque o Paraná foi de certa forma, pego de surpresa e as pessoas não levaram em conta a gravidade do que se anunciava em termos de geada, a ponto de que muitas milhares de mudas que se encontravam em viveiros foram também queimadas, destruídas e temos que dizer que isso foi uma falta de cuidado desses viveiristas, sejam prefeituras, sejam viveiristas particulares.

Porque sabemos que com uma simples lona estalando-se o princípio de estufa, proteger-se-ia essas mudas e não precisaríamos hoje, estar aí já à beira do desespero porque não temos mudas disponíveis para fornecer aos produtores.

Então, algumas propostas foram feitas e registro essa do deputado José Janene e esta do deputado Max. E comentar aqui, também, porque naqueles recursos que já

foram anunciados nada existia para a cafeicultura. E, sem sombra de dúvida, o setor de pastagens, o milho e o trigo, mas com o milho e o trigo são cultura temporárias, o milho com 4, 5 meses você tem uma nova colheita e da mesma forma o trigo. As pastagens não. É mais complicado, porque são culturas permanentes. Embora também as pastagens se recuperem.

Mas as pastagens e a lavoura de café, a lavoura de café que é uma cultura permanente, perene, a destruição é mais terrível, o prejuízo que se apresenta como mais grave para nós é em cima desse trabalho todo que fez o Iapar, a partir de 87/88, desenvolvendo a tecnologia do café adensado que foi estimulado ainda quando o Osmar Dias era secretário e o Álvaro Governador, e que foi muito estimulado, agora, com o Hermas Brandão, o Poloni e o governador Jaime Lerner.

No café não tinha nenhuma medida. Mas ontem me disse o deputado federal Haully - ele não foi à reunião mas conversamos com ele lá nas dependências da Câmara Federal - ele disse que para hoje, ou mais tardar amanhã, estará sendo anunciada as medidas que visam renegociar as dívidas e restabelecer os financiamentos para a cafeicultura.

Então registro esse trabalho todo, essa preocupação toda, essa coordenação que faz o secretário Poloni, o João Paulo da Ocepar, o Meneghetti da FAEP, todos os demais integrantes do setor produtivo rural. E devo dizer ao senhor deputado Nelson Justus, aos senhores deputados desta Casa que, na minha avaliação, teremos que pressionar muito, teremos que agir com mais determinação e firmeza. Teremos que num dia, quem sabe, pegar os 33 representantes federais que temos, os 3 senadores, os 54 deputados, os presidentes de cooperativas, de sindicatos, sociedades rurais e fazermos uma grande caravana. Porque, ontem, o deputado Rafael Greca dizia a todos nós: "Olha, a partir de amanhã, vamos todos nós, em especial vocês que são da Frente Parlamentar da Agricultura, ocupar a tribuna da Câmara Federal para relatar a gravidade do problema que temos no Paraná." Aí ele dizia: "Não passo um minuto, dois minutos que não vejo alguém, embora respeitemos o problema deles, mas a cada cinco, dez minutos está lá um deputado de Alagoas ou de Pernambuco falando da enchente, da chuva que aconteceu naqueles dois Estados." Então, ele próprio - o Rafael Greca, que se confessou não ser uma pessoa muito entendida da área de agricultura, assumiu uma proposta junto com os demais: o Micheletto, o Lupion, o Sperafinco, o Borba que são os parlamentares que estão mais diretamente ligados ao setor agropecuário assumiram compromisso de atuar firme e forte, junto com o Nelson Meurer, o Gustavo Fruet lá estava, também. Todos eles vão batalhar.

Agora, que vamos ter que fazer qualquer hora dessas, talvez, semana que vem, uma grande caravana a Brasília não para conversar mais com o ministro, com o diretor, mas com o presidente da República porque se não eles vão nos levar com a barriga, esse crédito emergen-

cial não sai e não saindo os produtores rurais ficarão à mercê de uma nova perspectiva de produção e de resolução dos seus problemas.

Mas reafirmo, mais uma vez, a necessidade do governo do Estado, com as suas forças e com os seus recursos fazendo alguma coisa - de imediato, para que possamos, realmente, ver a situação dos agricultores e da agricultura minorada.

Concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Estava ouvindo aqui, os apartes, e por exemplo, foi citado pelo deputado Nereu sobre municípios que têm que participar, o governo tem que participar, o governo federal tem que participar. Vossa Excelência teve encontro com o deputado Janene, com o Max Rosemann, com o senador Osmar Dias.

Agora, perguntaria: qual é a solução, na realidade, deputado Pessuti, para que esse projeto, isso para mim é um projeto, para que este projeto de vida, isso para mim é um projeto de justiça social ao homem do campo, é um projeto de cidadania ao homem do campo, qual é a solução, na realidade, já que se dá a nítida impressão que os nossos pronunciamentos ficam presos aqui dentro, nesse concreto, qual é a solução que a gente poderia exigir que todos marchassem junto ao encontro à agricultura? Porque o dia em que a agricultura falir, do que vai viver a cidade? A cidade não come pedra, come o produto que é gerado, que é plantado pelo pequeno, pelo médio e pelo grande agricultor. Não estou me referindo a agropecuária, não. Estou me referindo, concordo até com o deputado Nereu, ao problema do leite, porque entra o pé do boi, sai o pé do homem. Então, acho que temos que aplicar mais na agricultura. Mas, é uma pergunta que está, que gostaria de fazer desde lá de cima: o que fazer para solucionar esse problema, deputado Pessuti?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Alborghetti, o sonho de todos nós, aqueles que atuam em defesa do setor produtivo rural é de que pudéssemos ter no País uma verdadeira política agrícola. Se nós tivéssemos...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

E não temos?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não, nós não temos. Temos políticas econômicas setoriais voltadas para a agricultura. Não temos uma política agrícola, uma política agropecuária e depois para dar vazão, para dar seqüência a essa política agropecuária estabelecer-se as outras políticas de crédito, de armazenagem, de rodovia. Quer dizer, se tivéssemos uma verdadeira política agrícola onde fosse necessário fazer o zoneamento: aqui se planta isso, aqui não se planta isso. Onde fosse assegurado ao produtor uma renda mínima

através de uma política verdadeira de seguro agrícola. Sabemos que em países europeus, estivemos no norte da Itália, num congresso da região norte da Itália com o sul do Brasil. Lá, por exemplo, para se ter uma idéia, o produtor participa com recursos próprios. Aí tem a região do Veneto, constituída de 07 províncias, sete estados, que tem o Conselho Regional do Veneto que financia também a juros, realmente, baratos um outro terço desse financiamento agrícola. E um terço, mais 33%, vem da comunidade européia do Mercosul deles lá, a fundo perdido. Quer dizer, qualquer investimento que a pessoa vai fazer, ela já recebe a fundo perdido 33%. Nos Estados Unidos sabemos dos subsídios que tem a agricultura, na Europa nós sabemos.

Então, uma política agrícola não é só o subsídio, são os recursos para plantar, é o zoneamento agrícola, é a armazenagem, são estradas, são estoques reguladores. Se tivéssemos o governo desenvolvendo uma política de estoques reguladores, não teríamos agora o risco de ter que importar milho. E lá já deu assim, de certa forma, um certo alvoroço na nossa reunião, porque agora vai ter que se autorizar a importação do milho transgênico. Não sou contra o transgênico.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

E Vossa Excelência concorda que se traga milho de fora com um País como esse, verde?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Numa situação dessas nós não temos outra saída, porque senão vão morrer as aves, vão morrer as vacas, quer dizer, vai diminuir a produção de leite vai subir o preço do leite.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Por que o governo não aplica na agricultura?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Porque não temos a política agrícola verdadeira não que precisaríamos ter, e é por essa razão que nós para tentarmos amenizar o sofrimento da agricultura do Paraná é que o governo do Estado, através do secretário Poloni, através das cooperativas, através de nós, deputados estaduais. Quer dizer, o Paraná se levanta nesta hora em busca de recursos e de apoio federal para que nós possamos ao menos amenizar o sofrimento e que, sabe, restabelecer as condições que tínhamos antes das geadas nada de especial para frente.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Só para finalizar, eu gostaria de vê-lo em Brasília como deputado federal lutando pela agricultura não só do Paraná, mas de toda a nação brasileira.

O Congresso precisa do senhor. Apoiado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado.

Senhor presidente, eu finalizo dizendo também a esta Casa que, 2ª feira, fomos à Brasília para uma reunião da Unale, onde estamos cuidando de uma série de assuntos que certamente virão em benefício das Assembléias e dos parlamentares no futuro. Estamos discutindo uma série de questões ligadas à vida dos parlamentares e das Assembléias.

E, na 3ª feira, fomos pela manhã à Goiânia para participarmos de um Seminário da Lei de Responsabilidade Fiscal onde se analisou os efeitos positivos e negativos desta lei que está vigindo desde o dia 04 de maio quando foi sancionada pelo presidente.

Então, estivemos nestas duas localidades, Brasília e Goiânia cumprindo nosso mandato de presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais e ontem, retornamos à tarde à Brasília onde fomos convocados por esta Casa para, junto ao deputado Miltinho e Divanir, representarmos todos na reunião e também, fomos convidados pelo secretário Poloni, para cumprir com nossa incumbência de representar esta Casa e também o bloco agropecuário que presidimos.

Estamos, portanto, à disposição para mais informações a respeito da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia 30 de junho, na cidade Fazenda Rio Grande, tivemos a presença de alguns companheiros deputados, entre eles os deputados Algaci Tulio, Carlos Martins, Beraldin e Hermas Brandão.

O presidente da Casa, convidado, Nelson Justus, não pôde comparecer, mas, no dia de ontem, também se uniu a este projeto da eleição da Fazenda Rio Grande quando transmite uma mensagem gravada. Da mesma forma o líder do Governo, Valdir Rossoni, o deputado Marcos Isfer e outros deputados que atuam na região como o deputado Hermas Brandão.

E, eu queria trazer aqui aos senhores deputados, uma preocupação e, ao mesmo tempo, uma satisfação da minha parte visto que estou na chapa como candidato a vice-prefeito.

A imprensa divulgou que o nosso candidato a prefeito teria sido motivo de pedido de prisão através de um inquérito na Delegacia de Polícia. E, isso faz que eu traga uma satisfação não só aos companheiros deputados como especialmente ao povo do Paraná, visto que a imprensa está presente.

Vou relatar o que aconteceu há 4 anos atrás: nesta ocasião o atual prefeito, Celso Rocha, que é de intimidade muito grande do Palácio do governo, visto que atuava nas dependências da Casa Civil, e quando candidato a prefeito usou integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil na sua campanha. Usou a estrutura da Polícia Militar e da Polícia Civil.

No dia da eleição, ainda não sei porque, o comandante da Polícia Militar e o secretário de Segurança na época, doutor Candinho e o doutor Toleb, diretor da Polícia Geral, e, não vão mais poder responder porque não estão mais no cargo, no dia da eleição na Fazenda Rio Grande, o senhor Celso Rocha conseguiu que a Polícia Militar e a Polícia Civil, além de mais de 200 integrantes, naquele dia da eleição, ele trouxe praticamente preso o delegado do município de Fazenda Rio Grande. Naquele dia da eleição chamaram, de manhã cedo, o delegado, aqui na chefia de polícia e o delegado daquela época só foi liberado às 5 horas da tarde.

No dia 30 de junho, agora, na nossa convenção, tão prestigiada pela população, nosso candidato a prefeito, empresário muito bem sucedido, engenheiro, mais de 25 anos da nossa cidade, nascido na cidade de Foz do Iguaçu, um companheiro que inclusive não me apoiou para deputado estadual na última eleição, mas apoiou o brilhante companheiro, nobre deputado Marcos Isfer; este companheiro, candidato a prefeito, no dia 30 de junho, à noite, uma sexta-feira, sábado não é dia útil, domingo também não, e três dias depois o delegado de polícia da administração pública, o doutor Vinícius, num processo demais de 9 anos ali, não era nem processo, era uma denúncia; ele em três dias, o que não foi eleito em 9 anos, este delegado em três dias transformou um pedido de prisão ao empresário, dizendo a ele que o crime cometido é que ele comprou um terreno e este terreno ele vendeu para a Cohab e teve lucro. Vejam que esperteza de um delegado, o doutor Vinícius, que os outros delegados não fizeram em 9 anos, ele em três dias fez. Mas, foi preciso haver uma convenção e que o Toninho, como é chamado, saísse candidato a prefeito.

Tudo bem. Às 5 da tarde o delegado pedia a prisão do nosso candidato a prefeito. Às 17h30 a internet estava com toda a matéria, 30 minutos depois. E duas horas depois o prefeito da cidade de Rio Grande estava com o braço em cima de diversos panfletos mostrando que o delegado havia pedido a prisão do candidato a prefeito da Fazenda Rio Grande.

No dia de ontem, vejam a esperteza da polícia do nosso Estado, que para isso é boa, principalmente aqueles que estão à disposição do atual prefeito da Fazenda Rio Grande, o meu filho que há anos atrás presenteei com uma arma, para que quando viajasse levasse a arma no seu carro. Ele tirou porte de arma, registro. E no dia de ontem, a meu serviço, porque sou empresário, na cidade de Joinville, entrando na cidade havia uma "blitz", ao ser abordado pela "blitz" ele estava com a arma no banco ou no porta-luvas. A Polícia Militar o encaminhou à delegacia, às 18 horas. Ali chegando, ele mostrou o porte de arma vencido e o registro da arma, também. A delegacia do 6º Distrito de Joinville, consultando a delegacia de Curitiba, Armas e Munições, teve a informação precisa, conforme documento que meu filho portava. Imediatamente ele foi liberado. Não foi preso. Simplesmente conduzido à delegacia, para o que tem que ser feito; o que

neste caso é uma apreensão, um flagrante por portar arma não habilitada, no caso, e já saiu. Meia hora depois, que a delegacia aqui de Curitiba, Armas e Munições deu a informação a Joinville, alguns órgãos da imprensa, especialmente o repórter da Folha de Londrina era acionado pelo BIP para que entrasse em contato com Joinville, pois o filho do deputado, que vou ler a matéria na Folha de Londrina: os adversários do deputado estadual, Geraldo Cartário, PSL, estão vibrando em Fazenda Rio Grande - pôxa, se isto acontece às 6 horas da tarde, o jornal encerra certamente as 8 ou 9 horas a sua redação, diz aqui o repórter - os adversários do deputado estadual Geraldo Cartário estão vibrando em Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba, o filho do deputado Geraldo Cartário Júnior foi preso ontem à tarde em Joinville, Santa Catarina, por porte ilegal de arma. O rapaz foi detido pela Polícia Militar durante uma operação policial e levado para o 6º distrito. Segundo informações obtidas pela Folha junto ao Corpo de Operações da Polícia Militar de Joinville os documentos da arma do rapaz estavam com a validade vencida - único crime.

Segundo o relato feito por um policial militar o filho de Geraldo Cartário teve que pagar fiança para ser liberado e deixou a delegacia horas depois. Seu pai já foi prefeito de Mandirituba, também na região metropolitana de Curitiba e nesta eleição é candidato a vice-prefeito em Fazenda Rio Grande, Cartário faz Oposição a atual administração.

Trinta minutos depois, aí eu liguei para o delegado pedindo a renovação do porte de arma, normal, aí o delegado disse o seguinte, que eu poderia mandar alguém lá até as seis e meia da tarde, paguei a taxa no Banco do Estado, até fora de hora, foi na delegacia para pegar o porte de arma, daí não havia, seria liberada a arma automaticamente porque tem tudo certinho, aí o delegado da delegacia falou o seguinte - deputado, eu não posso liberar a não ser com ordem superior porque o seu filho tem antecedentes criminais. Eu falei, ordem superior - quem seria? Aí liguei para o diretor geral. O diretor geral me atendeu muito bem, muito educado, falou - deputado, mas isto é um direito que todos tem, de ter a renovação do porte de arma. Eu vou telefonar imediatamente para a delegacia. E a minha funcionária ficou na delegacia e não conseguiu o porte de arma porque meu filho estaria com antecedentes criminais. O Instituto de Identificação do Estado do Paraná - diz o seguinte aqui - atestamos para os fins que se fizerem necessários que Geraldo Cartário Ribeiro Júnior, filho de Geraldo Cartário Ribeiro e de Hilda Cartário Ribeiro, natural de Baurú, São Paulo, nascido em 20 de março de 66, encontra-se cadastrado neste órgão sob o número 03571464 e que o mesmo não registra antecedentes criminais até a presente data, está aqui.

Então, não é possível tantas coincidências. No dia da eleição na Fazenda Rio Grande o delegado veio para Curitiba e ficou o dia todo detido, até hoje não falaram porque. No dia 30 de junho há uma convenção, três dias

úteis depois o nosso candidato é escrachado como ladrão e se pede a prisão dele por um delegado de polícia. Se pede uma informação do filho de um deputado ou do filho de qualquer pessoa do Paraná, é atestado que está tudo correto, a arma registrada, porte de arma tudo certinho, só está vencido, como carteira de motorista, aí eu fui olhar hoje o meu porte de arma e está vencido também e quem não tem um porte de arma ou carteira de motorista vencida? Qual é o crime? E colocaram tudo isto.

Então senhor presidente, eu tenho a certeza que o secretário de Segurança do Paraná, o nosso ex-colega, José Tavares, eu não posso entender e acreditar que um prefeito, seja que tipo de prefeito possa comandar um segmento ou um órgão da Polícia Civil ou Militar. É este requerimento que trago aos companheiros, não estou ofendendo ninguém, estou simplesmente, senhor presidente, senhores deputados, até gostaria de ler, se der tempo, senhor presidente.

(Lê):

“Excelentíssimo senhor governador.

Através do presente, venho perante Vossa Excelência solicitar que seja impedida a participação de policiais militares e civis em campanhas políticas, visto tal ato configurar crime eleitoral (art. xxx, uso da máquina administrativa) além de clara arbitrariedade.

Nas eleições passadas a prefeito da Fazenda Rio Grande, o candidato e posteriormente prefeito eleito Celso Rocha, contou com contingentes da Polícia Militar e Polícia Civil atuando diretamente em sua campanha. Corroboramos esta afirmação exemplificando o senhor Edil Fernandes, que atuou como coordenador de campanha de Celso Rocha e posteriormente foi delegado de polícia de Fazenda Rio Grande. Hoje pelos fatos quer estão sendo repetidos, acredito ser um produto de armação política, protegendo por um lado o atual candidato Celso Rocha e por outro prejudicando profundamente a imagem política e o desenvolvimento da campanha eleitoral que constitucionalmente deve ser livre, democrática e honesta.

O que constatamos é um verdadeiro trabalho organizado por alguns setores da Polícia Civil e Militar, trabalhando em prol da candidatura Celso Rocha. Se não vejamos há quatro anos na eleição do citado candidato, conforme processo impetrado, por meio de alguns depoimentos colhidos, policiais militares e policiais civis foram designados oficial e extra oficialmente para trabalhar na campanha de Celso Rocha. O curioso é constatar que nos dia da eleição (passada - a prefeito) o delegado de Polícia de Mandirituba/Fazenda Rio Grande ficou detido em Curitiba desde a manhã até o fechamento das urnas. O secretário de Segurança Pública na época era o senhor Cândido Martins de Oliveira e o diretor geral da Polícia Civil era o delegado Toleb Baleche. Apesar das denúncias, até hoje não houve explicação do porquê.

Agora, no dia 30 de junho com a convenção homologando o nome de Toninho da A W como candi-

dato a Prefeito de Fazenda Rio Grande e o meu nome a vice-prefeito, posteriormente no dia 5 de julho, passados cinco dias, o Delegado da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, doutor Vinicius Martins, desengavetou uma denúncia que se encontrava naquela especializada há oito anos, em apenas três dias úteis, este delegado solicitou a Prisão Preventiva de Toninho da A W e, por mais uma “coincidência”, o fato ocorreu às 17h00 e as 17h30 o assunto já estava disponível na Internet.

Celso Rocha por diversos panfletos e jornais, distribuiu a matéria em toda a Fazenda Rio Grande. Esta denúncia dava conta de que a imobiliária de propriedade de Toninho, tinha vendido terrenos superfaturados a Cohab, data que o então governador Jaime Lerner era prefeito.

Jamais houve ou comprovou-se qualquer irregularidade, fato é que até hoje a Cohab continua realizando negócios com a referida imobiliária.

Outra “coincidência” é que no dia oito de agosto, às 17:30 da tarde, o meu filho Cartário Júnior estava a meu serviço na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, quando foi abordado por uma blitz da Polícia Militar daquele Estado, sendo-lhe pedido documento de Porte de Arma que estava vencido.

Júnior apresentou o registro e o porte de arma, esta com a data vencida, porque antes de viajar, Júnior deu entrada no protocolo de renovação de porte, porém o funcionário da Delegacia de Armas e Munições disse-lhe que tinha que aguardar o levantamento de antecedentes criminais, o que foi feito e se encontra em anexo relatando que nada consta contra Júnior.

Voltando a Joinville, depois de abordado, foi encaminhado a Delegacia do 6º Distrito e de lá as delegacias congêneres, trocaram informações. Após pagar fiança, meia hora depois, Júnior prosseguiu viagem.

Outra “coincidência”, imediatamente a Delegacia de Armas e Munições ter sido consultada, alguns órgãos da imprensa paranaense recebiam comunicado via BIP, relatando o episódio com a conotação política em anexo.

Por todo o exposto, solicito providências imediatas no sentido de coibir-se lamentável conduta por parte de alguns integrantes da Polícia Militar e Polícia Civil do Paraná.

Na oportunidade, antecipamos agradecimentos e renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) GERALDO CARTÁRIO
Deputado Estadual”

Este é o requerimento senhor presidente que gostaria que os companheiros, para evitar outros abusos que possam estar acontecendo por parte de alguns que se dizem apadrinhados pelo governo não cometem o que vem cometendo. Era só senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, uso brevemente o Pequeno Expediente apenas para anunciar à Casa uma preocupação, que há muito tempo toma conta do meu gabinete e da nossa Comissão de Educação, da qual vários parlamentares tem se manifestado também, dentro da nossa Comissão de Educação, com relação aos recursos do Fundef, nos municípios do Estado do Paraná.

A nossa comissão como está ganhando referência estadual, somos por muitas vezes procurados por lideranças municipais, sindicatos, professores, professoras e vereadores, para obter informações sobre o Fundef.

Temos em nossas mãos todas essas informações. Estamos recebendo várias denúncias, em vários municípios. Recebemos a denúncia e encaminhamos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, do município de Piraquara, também do município de Borrasópolis.

Hoje estamos recebendo uma comitiva de professores do Sindicato de Santa Mariana, que aqui estão na galeria de honra da nossa Assembléia. Comunico a Casa que estamos tomando todas as providências no sentido de que os recursos da educação nos municípios.

Também aproveitando o período eleitoral, para chamar a atenção dos futuros prefeitos, para o cuidado que tem que ter na transparência dos recursos sob pena de criminalização, por parte do Poder Judiciário aos prefeitos que não assim postarem.

Os recursos o Fundef, em que pese, nós do Partido dos Trabalhadores, fomos contra o projeto, não pelo mérito, mas pela pouca abrangência - gostaríamos que tivesse um fundo para toda a educação básica. Mas os recursos do Fundef, mesmo com essa contrariedade nossa, quando é lei queremos que seja aplicada. Em muitos municípios nem conselho instalado está. Os recursos estão sendo usados irregularmente. Nem o plano de cargos, carreiras e salários que deveriam estar prontos em 31 de julho de 1996, até hoje tem municípios que não fez isso é o caso do município de Santa Mariana que apresentou há poucos dias esse plano.

Nós também estamos mandando todas as informações a uma subcomissão especial, para análise de irregularidades do fundo, de manutenção, desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, o Fundef, através do deputado federal Gilmar Machado, na Câmara Federal, em Brasília.

A nossa intenção é fazer com que os municípios não sejam colocados no rol daqueles municípios, como acontece e em outros municípios do Noroeste, que são campeões em denúncias. Por enquanto no relatório da subcomissão só tem um município paranaense. No próximo relatório deverão ter pelo menos 50 municípios, segundo informação do deputado federal Gilmar Machado.

Queremos comunicar à Casa, que tomamos a liberdade de passar adiante as informações que recebemos,

das irregularidades dos municípios e, hoje, especificamente, de Santa Mariana, para o Tribunal de Contas, Ministério Público e também para a subcomissão de irregularidades do Fundef, da Câmara Federal.

Senhor presidente, esta Casa, não falta à responsabilidade, na medida que não tem os instrumentos às mãos, para fazer as investigações. Mas temos a possibilidade como autoridade política de fazer a denúncia e encaminhá-la formalmente aos órgãos que fazem essa fiscalização.

O aconselhável seria que em cada município tivéssemos um conselho funcionando plenamente e que os recursos que vêm do governo federal, estando a conta vinculada só sejam usados para pagar professores e, no máximo, de 40% para outros investimentos na área de educação fundamental. Isso tem sido válido para o governo do Estado do Paraná. Tanto é que a secretária Alcione Saliba recentemente disse que vai mudar a sistemática do Fundef, porque essa oposição cobrou e exigiu que a lei federal fosse cumprida, enquanto específica e também que o conselho apure devidamente os recursos do Fundef no Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1479, subscrito pelo senhor deputado Geraldo Cartário, com apoio do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando que seja impedida a participação de policiais militares e civis em campanhas políticas, visto tal ato configurar crime eleitoral, além de clara arbitrariedade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 095/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Aliança Cósmica - Associação de Radiodifusão Cultural, com sede e foro no balneário de Shangri-lá, município de Pontal

do Paraná e foro no município de Matinhos. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 154/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 12.595, que declarou de Utilidade Pública a Associação do Voluntariado do município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 155/2000, de autoria da CPI do Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa de Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas Rodovias do Estado do Paraná. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Reviver, com sede e foro no município de Rio Negro. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais, de advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 103/99.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que proíbe a veiculação através dos periódicos do Paraná de classificação, conforme especifica (mensagens ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 105/99

Art. 1º - Ficam proibidas a veiculação através de jornais, revistas, panfletos e publicações em geral, de classificados, mensagens ou propaganda de empresas que

ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres, que expressamente não identifiquem junto a direção do periódico, com cópias documentais:

I - o nome de fantasia da empresa e sua razão social;

II - o endereço completo;

III - o número do Alvará de Licença;

IV - o número do Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 2º - As informações deverão ser mantidas em arquivo próprio, disponível apenas às autoridades policiais e judiciárias para fins de investigação ou ações no sentido de combater à prostituição, especialmente, infanto-juvenil.

Art. 3º - O descumprimento desta lei importará em aplicação de multa no valor equivalente a 100 (cem) UFIR's, por propaganda. A empresa ou direção dos periódicos que descumprir tal deliberação, sofrerá multa de 100 (cem) UFIR's por propaganda veiculada sem esta identificação.

Art. 4º - O Poder Executivo expedirá os atos que se fizerem necessários à fiel execução do disposto nesta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Carlos Simões, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e Cesar Seleme.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândido de Abreu, o imóvel que especifica, situado neste município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2000, de autoria do deputado Nereu Moura. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Catanduvas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a reserva de

assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e veículos de transporte coletivo no Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº05, de 23.02.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 07/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Sergio Spada, tem por objetivo dispor sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e veículos de transporte coletivo no Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Esclarecendo que já existe, na Casa, um projeto, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, em idênticas condições desse. O projeto encontra-se inclusive no Palácio para sanção ou veto. Portanto esta Presidência evoca para si o direito de retirar da pauta, determinando o **arquivamento deste projeto.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/99, de autoria do deputado Aníbal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Arenito Caiuá, com sede e foro no município de Paranavaí. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 99, de 18.08.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 447/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Aníbal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Arenito Caiuá, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 447/99

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do nobre deputado Aníbal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Arenito Caiuá, com sede e foro no município de Paranavaí.

A proposição já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta Comissão de Educação e Cultura e Esportes, entendemos ser justa a reivindicação da comunidade do município de Paranavaí e de toda a região Noroeste do Estado do Paraná na pretensão de transformar a Faculdade Estadual de Educação, Cultura e Esportes, entendemos ser justa a reivindicação da Comunidade do município de Paranavaí e de toda a Região Nordeste do Estado do Paraná na pretensão de transformar a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí em Fundação Universidade do Arenito Caiuá, que desenvolveria importante papel na obtenção de melhor qualidade e produtividade das culturas regionais.

Sabedores da potencialidade da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras para a execução deste plano, apresentamos Parecer Favorável ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 18.08.99.

(aa) **ANTONIO ANNIBELLI** - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 447/99.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que torna obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos Postos de Saúde da Rede Pública Estadual e Municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 114, de 13.09.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Moysés Leônidas, o presente projeto torna obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos Postos de Saúde da Rede Pública Estad-

ual e Municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

A saúde é dever do Estado. Outrossim, também é dever estatal garantir meios acessíveis e igualitários aos serviços são de relevância pública, cabendo ao Poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado, artigo 197, da Constituição Federal.

Conclusão

Analisada a matéria, essa comissão nada encontra de ordem constitucional e legal que obste a regimental tramitação do projeto nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 24.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 470/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo tornar obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos Postos de Saúde da Rede Pública Estadual e Municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná.

Sem dúvida, uma matéria de relevante interesse público, que tem a finalidade de proteger pessoas munindo-as de documento comprovando os problemas que eventualmente lhes forem indicados. Desta forma, achamos que devemos nos manifestar favoravelmente à matéria, permitindo que a proposição em tela seja enviada à decisão soberana do Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.11.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/2000, de autoria do deputado Nereu Moura. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), no município de Capitão Leônidas Marques. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 055/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), no município de Capitão Leônidas Marques.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 055/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Capitão Leônidas Marques.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição trará benefícios ao município, fazendo com que os serviços fluam com maior rapidez.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação do inciso XXXIII, do Art. 1º da Lei nº 4245, de 28 de julho de 1960, que criou o município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 087, de 26.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nelson Justus, o projeto de lei em apreço pretende alterar a redação do inciso XXXIII, do artigo 1º da Lei 4245, de 28 de julho de 1960, que criou o município de Moreira Sales

Publicada em 26.06.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para

que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Tal propositura pretende somente corrigir o memorial descritivo da lei que criou o município de Moreira Sales.

Entre os municípios de Goioerê e Moreira Sales, existem duas divisas: uma legal, ou seja, aquela estabelecida pela lei, e outra, a divisa de fato, ou seja, aquela que os municípios respeitam para a administração de seus territórios.

O município de Moreira Sales tem administrado todos os serviços públicos recebidos pela comunidade local, investindo recursos sem que lhe seja computado para fins de repasses estaduais e federais.

É pensamento unânime, tanto da comunidade da área, como a dos municípios de Moreira Sales e Goioerê, que essa área pertença a Moreira Sales, para evitar maiores prejuízos ao município que arca com toda responsabilidade de realizar os serviços públicos que atendem a população.

Para solucionar a divergência de divisas entre os dois municípios, foi elaborado novo memorial descritivo pela Coordenadoria de Terras e Cartografia da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 220/2000.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/2000 EMENDA CORRETIVA

Fica alterado o Memorial Descritivo do Projeto de Lei nº 220/2000, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

XXXIII - Moreira Sales: com território desmembrado dos municípios de Goioerê e Campo Mourão, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

1 - Com o município de Cruzeiro do Oeste

Inicia no encontro da divisa entre as glebas 16 e 12 da Colônia Goio-Erê com Rio Goio-Erê, sobe por este até encontrar a divisa entre as glebas 19 e 14 da Colônia Goio-Erê.

2 - Com o município de Tuneiras do Oeste

Inicia no encontro entre a divisa das glebas 19 e 14 da Colônia Goio-Erê no Rio Goio-Erê, sobe por este até a foz do Rio Água Grande.

3 - Com o município de Janiópolis

Inicia no Rio Goio-Erê na foz do Rio Água Grande, sobe por este até encontrar a foz de um afluente a

margem esquerda, nas coordenadas geográficas latitude 24°07'17" e longitude 52°51'21".

4 - Com o município de Goioerê

Inicia na foz de um afluente a margem esquerda do Rio Água Grande, coordenada geográfica latitude 24°07'17" e longitude 52°51'21", sobe por este afluente até sua cabeceira, coordenada geográfica latitude 24°07'44" e longitude 52°52'18"; deste ponto segue por uma linha seca, atravessando a PR-458 até encontrar a cabeceira do Ribeirão Água Branca, coordenada geográfica latitude 24°07'50" e longitude 52°52'17", desce por este até a foz do Córrego Palmital, sobe por este até encontrar a estrada que liga o bairro Colônia Sertanópolis ao bairro Fonte Azul, segue por esta estrada até encontrar a divisa dos lotes 44 e 48 com os lotes 45 e 47 da gleba 12, 2ª parte da Colônia Goioerê, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até encontrar o Rio Vorá, desce por este até encontrar a Estrada do Balanço, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a divisa entre as glebas 16 e 12 da Colônia Goio-Erê, no limite entre os municípios de Mariluz e Goioerê.

5 - Com o município de Mariluz

Inicia no encontro da Estrada do Balanço com a divisa entre as glebas 12 e 16 da Colônia Goio-Erê, segue por esta divisa na direção geral Norte, até encontrar o Rio Goio-Erê.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1458, de autoria dos senhores deputados Ademir Bier, Antonio Annibelli, Edson Strapasson e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1471 e 1472, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1476, de autoria dos senhores deputados Nelson Garcia, Antonio Baratter e Tony Garcia, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1477, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1478, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Serafina Carrilho

e demais senhores deputados, constante do expediente.
Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Quero parabenizar o deputado Valdir Rossoni pela maneira que tratou o nosso requerimento, e assim estamos cumprindo o nosso papel, de poder acompanhar as questões do Estado.

É importante que estas informações venham porque daí nós deputados poderemos fazer afirmações coerentes embasadas na realidade e não ficarmos por aí dando tiro no escuro.

Por isso, agradeço ao Líder do Governo pela gentileza de ter acolhido o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Queria renovar o apelo aos senhores deputados. Nós amanhã teremos sessão pela parte da manhã, sabemos das dificuldades que os deputados estão encontrando nas campanhas políticas, muitos dos senhores deputados são candidatos, por conseguinte têm dificuldade de estarem aqui e, todos estamos em campanha.

Mas a sessão de amanhã, às 10 horas da manhã com a Ordem do Dia já anunciada, normal, peço portanto, um esforço concentrado de Vossas Excelências para a sessão de amanhã de manhã. Na parte da tarde haverá uma Sessão Solene. A campanha a partir do meio dia amanhã está valendo.

O SR. BERALDIN

Apenas gostaria de indagar, Vossa Excelência pronunciou que vai discutir o assunto da prorrogação de prazo de 30, 60 dias das atuais CPI's. Como Vossa Excelência adiou na forma regimental, queria perguntar se esse assunto voltará a pauta semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seguramente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Amanhã a tarde terá uma Sessão Solene que será uma homenagem aos 146 anos da Polícia Militar do Estado aonde todos os coronéis estarão aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 240, 622/99 e 196/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 145/98, 470/99, 055, 071 e 220/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 220/97, 228, 625/99 e 221/2000.

Convoca ainda os senhores deputados para a Sessão Solene, às 15h00, em comemoração aos 146 anos da Polícia Militar do Paraná.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Hermes da Fonseca, Moysés Leônidas e Irineu Colombo. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 12ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Nereu Moura, Beto Richa e mais os deputados Nelson Tureck, Irineu Colombo, Miltinho Puppino, José Maria Ferreira e Antonio Carlos Baratter. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 389/99, de autoria

do deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. O deputado Relator Pastor Edson Praczyk requer mais prazo - DEFERIDO; 04) Projeto de Lei nº 163/2000, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 640/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura à emenda de Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 297/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer CONTRÁRIO do deputado Basílio Zanusso - REJEITADO, por 6x3 votos, com votos favoráveis ao parecer, dos deputados Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati e Algaci Tulio. O senhor presidente designará novo relator. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Cesar Seleme, Antonio Carlos

Belinati, Algaci Tulio, Nereu Moura, Beto Richa, Hermes da Fonseca, Plauto Miró Guimarães e mais os deputados Elio Lino Rusch, Valdir Rossoni, Irineu Colombo, Orlando Pessuti e Antonio Carlos Baratter. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 192/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 215/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 116/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme à emenda de Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme à emenda de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme às emendas de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme à emenda de Plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 197/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer CONTRÁRIO do deputado Cesar Seleme - APROVADO, com voto contrário dos deputados Hermes da Fonseca, Beto Richa, Nereu Moura e Plauto Miró Guimarães; 10) Projeto de Lei nº 185/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 196/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 095/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 187/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 180/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Baratter - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS ao deputado; 16) Projeto de Lei nº 154/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 553/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será

assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária